



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

MAIO DE 2018

1



DESTAQUES ESTATÍSTICOS #16

Observatório das Migrações

Neste último mês o Observatório das Migrações (OM) dedicou as suas rotinas de trabalho ao tema da Diversidade Cultural em Portugal, assinalando o [Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento](#) (21 de maio) e o [Ano Europeu do Património Cultural](#) que se desenvolve ao longo deste ano de 2018.

Neste Destaque Estatístico analisam-se diferentes indicadores sistematizados por este Observatório na [Coleção Imigração em Números](#) e que bem retratam algumas das diversas vertentes da diversidade cultural em Portugal. Desde logo caracteriza-se a diversidade de nacionalidades residentes no país (perto de duas centenas) e a sua diversa distribuição pelo território nacional, identificando-se municípios onde a diversidade de nacionalidades representa perto de um quarto dos residentes. Segue-se uma breve análise da diversidade linguística na Europa, na qual o português sobressai entre as principais línguas faladas, destacando-se a aprendizagem do português por cidadãos de 190 países. Os dados dos Censos permitem ainda salientar o crescimento da diversidade religiosa em Portugal nas últimas décadas, concluindo-se este destaque com dados sobre a crescente diversidade de origens dos alunos do sistema de ensino português.

Continue a partilhar connosco as suas novidades académicas através do email om@acm.gov.pt e acompanhe-nos no sítio www.om.acm.gov.pt e na página do *Facebook* <https://www.facebook.com/observatoriodasmigracoes>

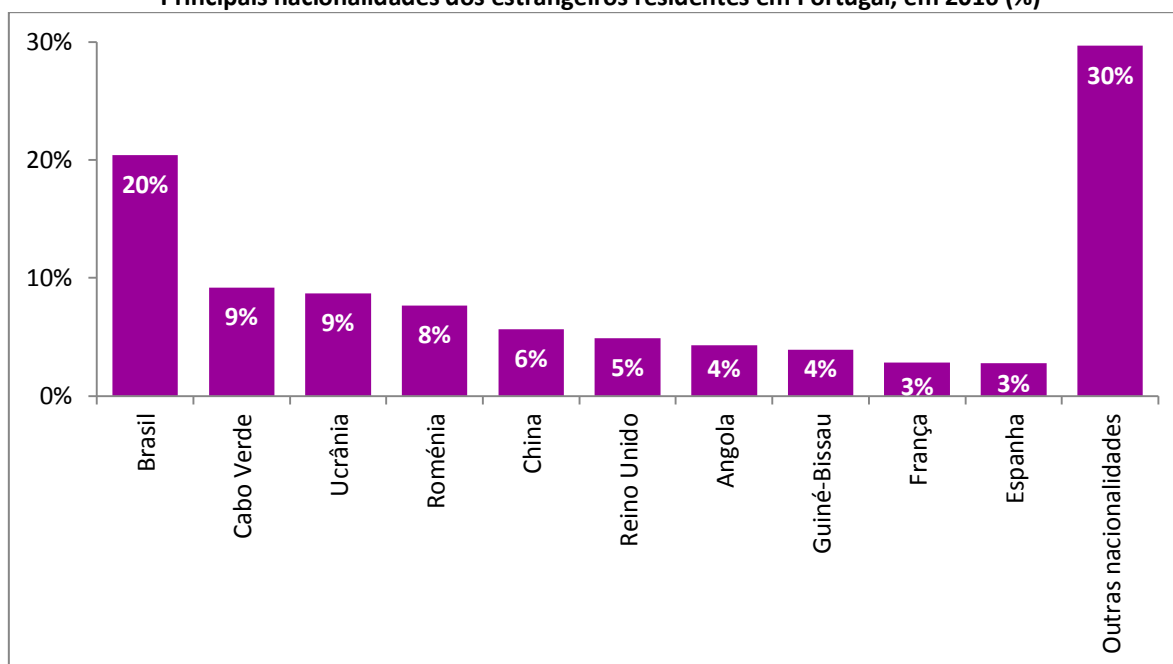


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que em Portugal residem perto de 400 mil estrangeiros de 180 nacionalidades diferentes?

Em 2016 residiam em Portugal 397.731 estrangeiros de **180 nacionalidades diferentes**. Nesta diversidade de nacionalidades verifica-se, porém, que as dez nacionalidades numericamente mais expressivas representam cerca de 70% do total de estrangeiros residentes. A nacionalidade numericamente mais expressiva é a brasileira (81.251 residentes, ou seja, 20,4% dos residentes estrangeiros em 2016), seguindo-se a cabo-verdiana (36.578, ou seja, 9,2% da população estrangeira residente), a ucraniana (com 34.490, ou seja, 8,7% dos estrangeiros residentes), a romena (30.429, representando 7,7%), a chinesa (22.503, representando 5,7%), a inglesa (19.384, ou seja, 4,9%), a angolana (16.994, ou seja, 4,3%), a guineense (15.653, ou seja, 3,9%), a francesa (11.293, ou seja, 2,8%) e a espanhola (11.133, ou seja, 2,8%).

Principais nacionalidades dos estrangeiros residentes em Portugal, em 2016 (%)



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (sistematização e cálculos de Oliveira e Gomes: 2017, [Indicadores de Integração de Imigrantes 2017: Relatório Estatístico Anual](#)).

Verifica-se que a nacionalidade chinesa tem vindo a reforçar o volume de residentes nos últimos anos, registando uma evolução positiva entre 2015 e 2016 (com um aumento de +5,3%), ao lado dos nacionais do Reino Unido (crescimento de +12,5%, passando a assumir em 2016 o lugar da sexta nacionalidade mais expressiva, suplantando Angola), de França (crescimento de +33,8% em 2016 face a 2015) e de Espanha (aumento de +11,1%). Contrastando com a evolução positiva da população chinesa e dos países da União Europeia (Reino Unido, França e Espanha), verifica-se um decréscimo na maioria das nacionalidades estrangeiras residentes – em particular dos países cuja língua oficial é o português (Guiné-Bissau com -8,4%, Angola com -6,9%, Cabo Verde com -5,4% e Brasil com -1,6%) – o que se pode associar tanto à aquisição da nacionalidade portuguesa por esses cidadãos (fazendo-os desaparecer das estatísticas dos



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

residentes estrangeiros), como ao retorno de algumas populações estrangeiras aos seus países de origem ou a outros destinos migratórios em virtude das condições do mercado de trabalho português dos primeiros anos desta década. A população de nacionalidade ucraniana e romena também diminuiu nos últimos anos, mantendo a tendência de decréscimo em 2015 e 2016: -3,6% no caso dos cidadãos ucranianos e -0,3% no caso dos nacionais da Roménia.

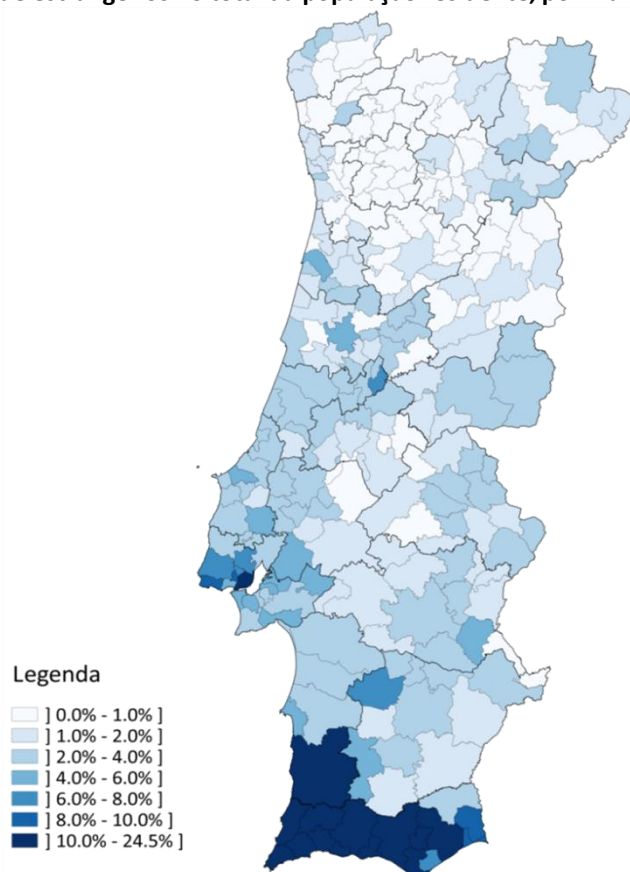


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que em Portugal há municípios que apresentam maior diversidade de nacionalidades entre os seus residentes?

Em Portugal há municípios que apresentam maior diversidade de nacionalidades entre os seus residentes. Os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e do Instituto Nacional de Estatística (INE) evidenciam uma tendência para a concentração da população estrangeira em determinadas regiões do país, sendo também evidente que os estrangeiros têm diferentes impactos nos municípios onde residem em função do total de residentes dessas unidades territoriais. Esta **diversidade local** acaba por ser diluída em muitos dos apuramentos estatísticos efetuados para todo um território nacional. Nesse sentido, importa reconhecer essa diversidade local, salientando que os imigrantes não se distribuem equilibradamente no território, estando sobre representados em determinadas áreas.

Percentagem de estrangeiros no total da população residente, por município, em 2016



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e INE-Estimativas Anuais da População Residente (projeção em mapa da equipa do OM e cálculos de Oliveira e Gomes: 2017, [Indicadores de Integração de Imigrantes 2017: Relatório Estatístico Anual](#)).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Se atendermos aos dez municípios onde a população estrangeira assume maior impacto no total de residentes desse território concluímos que **há municípios que apresentam maior diversidade no conjunto dos seus residentes**. Destacam-se, desde logo, os municípios do Algarve (ver mapa), onde os estrangeiros residentes representam entre 11% e 25% do total de residentes: em 2016, Albufeira é o município de Portugal onde a população estrangeira assume maior importância relativa no total de residentes do município (24,5%), seguindo-se Vila do Bispo (21,7%), Lagos (20,9%), Aljezur (18,5%) e Loulé (17,9%, com cerca de 12 mil estrangeiros residentes). Como é bem ilustrado no mapa, na região de Lisboa alguns municípios destacam-se também pelo impacto que os estrangeiros têm no total de residentes do município: em Lisboa os estrangeiros traduzem 10,9% dos residentes do município, em Cascais representam 9,8% dos residentes, e na Amadora significam 9%. Por contraste, em 2016, os dois municípios do país com menor peso de estrangeiros (apenas 0,3% total de residentes nos municípios) foram do distrito do Porto (município do Baião) e de Viseu (município de Cinfães). Também no grupo de municípios com menor importância relativa de estrangeiros (todos a representar 0,4% do total de residentes nos municípios) encontravam-se outros municípios do distrito do Porto (municípios de Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Penafiel), do distrito de Braga (municípios de Celorico de Basto e Fafe), do distrito de Aveiro (municípios de Castelo de Paiva e Arouca), do distrito de Viseu (Resende), do distrito de Viana do Castelo (Paredes) e do distrito de Vila Real (Mondim de Basto).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que na diversidade linguística existente na Europa, o português destaca-se como a terceira língua mais aprendida na infância pelos imigrantes residentes? E sabia que em Portugal o português é aprendido por cidadãos de cerca de 190 países?

O estudo da OCDE *Indicators of Immigrant Integration* (2015), recorrendo a informação analisada no PIAAC (OECD Programme for the International Assessment of Adult Competencies) sobre as línguas de origem e a línguas faladas em casa, destaca que nos 20 países onde há dados disponíveis, dois em cada três imigrantes tiveram como língua de origem (aquela que aprenderam na infância) uma língua diferente da língua do país de acolhimento. Esta proporção é maior nos países de acolhimento onde a língua oficial é pouco falada fora das suas fronteiras (e.g. Itália e Alemanha). Por contraste, em países como a Espanha ou a Irlanda mais de metade dos imigrantes reportam que a língua do país de acolhimento foi uma das línguas que aprenderam na sua infância. O mesmo relatório da OCDE realça que na maioria dos países analisados são poucos os imigrantes que falam a língua do país de acolhimento em casa. A exceção surge na República Checa e na Eslováquia, refletindo uma maioria de imigrantes residentes oriundos da antiga Checoslováquia. Na Holanda, França e Alemanha cerca de 50% dos imigrantes que não tiveram como língua materna (ou não aprenderam na infância) a língua do país de acolhimento falam esta língua em casa. Esta elevada proporção pode ser atribuída à longa experiência migratória desses países (com um elevado número de imigrantes que já estão estabelecidos no país há muitos anos). Na França e na Holanda para esta proporção muito contribui ainda a elevada presença de populações imigrantes oriundas de antigas colónias desses países. Pelo contrário, a maioria dos imigrantes dos Estados Unidos, Canadá, Bélgica e Irlanda que não tiveram como língua materna a língua do país de acolhimento continuam a falar a sua língua de origem em casa.

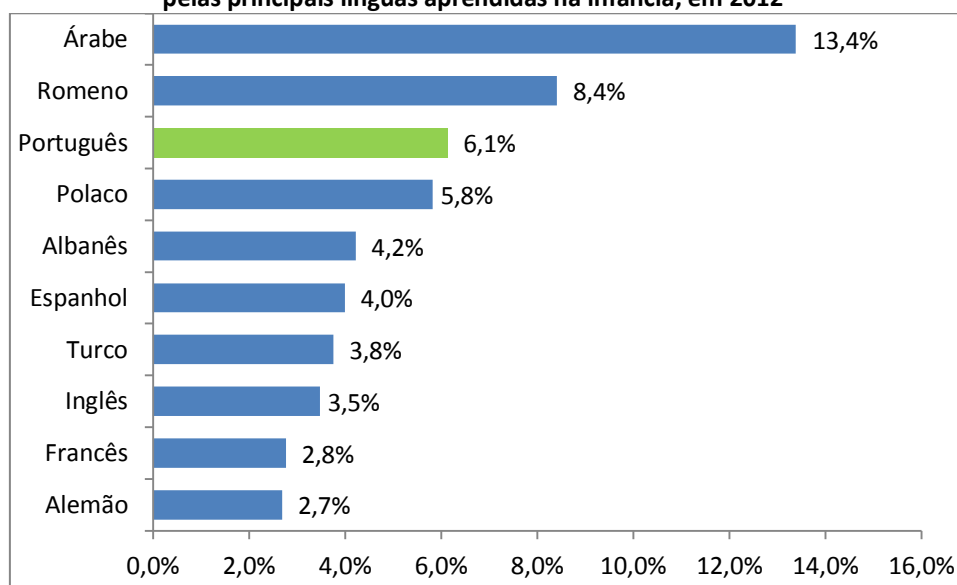
O *Immigrant Citizens Survey* (Huddleston e Tjaden, 2012) demonstrou também que, em geral, os imigrantes falam mais línguas que a média dos residentes dos países onde vivem. Esse facto é visível em países como Portugal, Hungria e Itália, onde se observa que os imigrantes tendem a falar mais línguas que a média dos residentes. Em contraste, na Bélgica a população autóctone fala mais línguas que os imigrantes residentes no país.

Novamente o estudo da OCDE (2015), tendo por referência os países da OCDE para os quais há dados, mostra que entre as línguas aprendidas na infância por imigrantes de línguas estrangeiras (inquiridos com idades entre 16 e 64 anos) destacam-se o espanhol castelhano (32,4%), chinês (6,2%), árabe (6,1%), romeno (3,3%), polaco (3,1%) e português (2,8%, correspondendo a mais de 1 milhão de imigrantes que fala português em países onde a língua de acolhimento é diferente do português). Se a análise se afunilar para apenas os 18 países da Europa com dados disponibilizados neste relatório, destacam-se, porém, outras línguas mais faladas entre os imigrantes, refletindo diferentes fluxos migratórios nos vários continentes. Nesse grupo a **língua portuguesa é a terceira língua mais falada pelos imigrantes residentes, contemplando um universo de cerca de 900 mil pessoas (6,1%)**. A primeira língua mais falada é o árabe (13,4%) e a segunda o romeno (8,4%). Como é realçado neste relatório da OCDE, deve atender-se a que as migrações intracomunitárias tornaram algumas línguas (particularmente o romeno, o polaco e o português) nas mais faladas pelos imigrantes residentes na Europa comunitária, pese embora no caso do português deva destacar-se também o contributo das comunidades imigrantes de origem do Brasil e dos PALOP em alguns países europeus.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Imigrantes de línguas estrangeiras residentes na União Europeia (UE18), do grupo etário 16-64 anos pelas principais línguas aprendidas na infância, em 2012



Fonte: OECD Indicators of Immigrant Integration 2015 (sistematização de Oliveira e Gomes: 2017, [Indicadores de Integração de Imigrantes 2017: Relatório Estatístico Anual](#)).

O *Eurobarómetro Especial* (386 de março de 2012) acerca de [Europeans and their languages](#) realçou a diversidade de línguas faladas no espaço europeu, correspondendo em 2012 a 23 línguas oficiais reconhecidas, 60 línguas indígenas e regionais, e muitas outras línguas e dialetos falados pelas comunidades migrantes. Como era realçado nesse relatório, embora a União Europeia tenha uma influência limitada na promoção do conhecimento de línguas, tem recorrentemente recomendado a diversidade linguística e a promoção da aprendizagem de línguas “for reasons of cultural identity and social integration and cohesion, and because multilingual citizens are better placed to take advantage of the economic, educational and professional opportunities created by an integrated Europe” (2012: 2).

Para o contexto português não há dados disponíveis que permitam aferir o número de línguas faladas em Portugal, sendo todavia possível caracterizar quantitativamente o universo de alunos da disciplina de *Português como Língua não Materna (PLNM)*, lecionada no ensino básico e secundário, bem como o universo de formandos do *Programa Português para Todos (PPT)*.

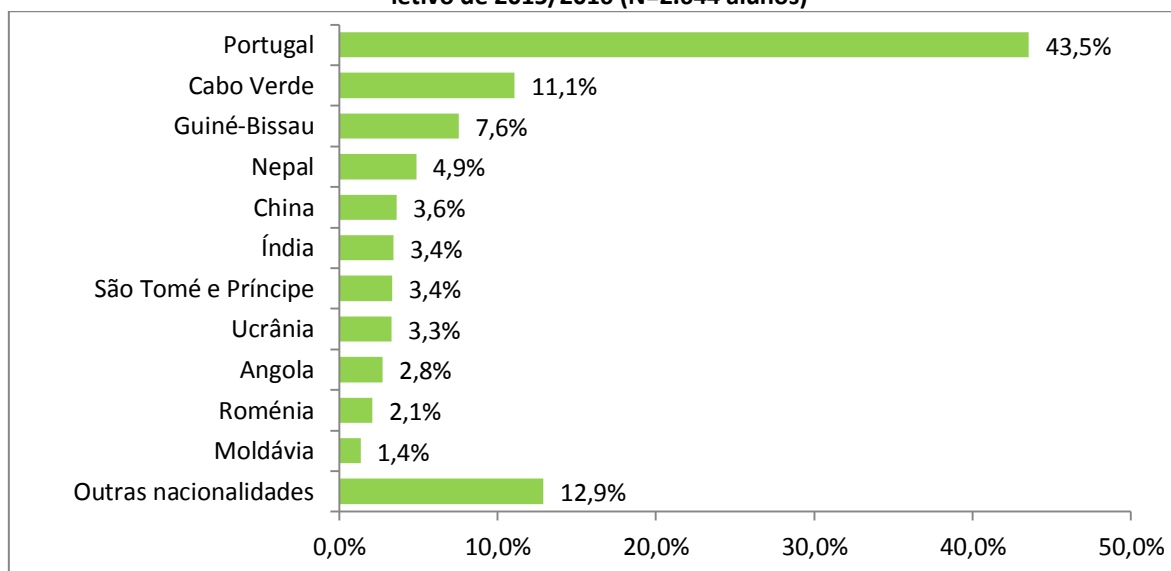
No ano letivo de 2015/2016 encontravam-se matriculados na disciplina de ***Português como Língua não Materna (PLNM)*** 2.644 alunos. Os alunos do Ensino Básico e Secundário abrangidos pela disciplina de PLNM correspondem a alunos cuja língua materna não é o português, encontrando-se também abrangidos os filhos de cidadãos nacionais em situação de retorno a Portugal, bem como os alunos filhos de pais com origem de um país de língua oficial portuguesa (e.g. Brasil, PALOP, Timor) ou de nascidos em Portugal mas com competências linguísticas que não lhes permite uma integração total no currículo regular.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

No mesmo ano letivo encontravam-se **matriculados na disciplina de PLNM alunos de 80 nacionalidades diferentes** (incluindo a nacionalidade portuguesa), **verificando-se um incremento da diversidade dos alunos desta disciplina nos últimos anos**. No quadro desta diversidade, algumas nacionalidades assumem, contudo, maior preponderância que outras. Entre os principais grupos de nacionalidades dos alunos da disciplina de PLNM destacavam-se os alunos de nacionalidade portuguesa e de um país africano, em especial dos PALOP. No que diz respeito à sobre-representação dos alunos de nacionalidade portuguesa, importa referir que os critérios de inclusão na disciplina de PLNM atendem não à nacionalidade dos alunos, mas ao seu nível de proficiência em língua portuguesa, o que pode incluir alunos de nacionalidade portuguesa com outra língua materna ou alfabetizados noutra língua que não o português. Por esse motivo, os dados evidenciam uma forte presença de alunos de nacionalidade portuguesa inscritos na disciplina (43,5% do total de alunos no ano letivo 2015/2016), embora a maioria desses alunos ou não nasceu em Portugal ou tem progenitores com nacionalidade estrangeira. Entre as nacionalidades estrangeiras que também se destacam como beneficiárias da disciplina de PLNM no ano letivo de 2015/2016 estão ainda: a cabo-verdiana (11,1% dos alunos), a guineense (7,6%), a nepalesa (4,9%), a chinesa (3,6%), a indiana (3,4%), a são-tomense (3,4%), a ucraniana (3,3%), a angolana (2,8%), a romena (2,1%) e a moldava (1,4%).

Principais nacionalidades dos alunos matriculados na disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM), no ano letivo de 2015/2016 (N=2.644 alunos)



Fonte: DGEEC, Ministério da Educação (sistematização por Oliveira e Gomes: 2017, [Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual](#)).

A aprendizagem da língua do país de acolhimento por adultos imigrantes é também uma das orientações mais relevantes no âmbito das políticas públicas em matéria de integração, uma vez que assume um efeito mitigador de fatores de vulnerabilidade à integração, nomeadamente na inserção no mercado de trabalho

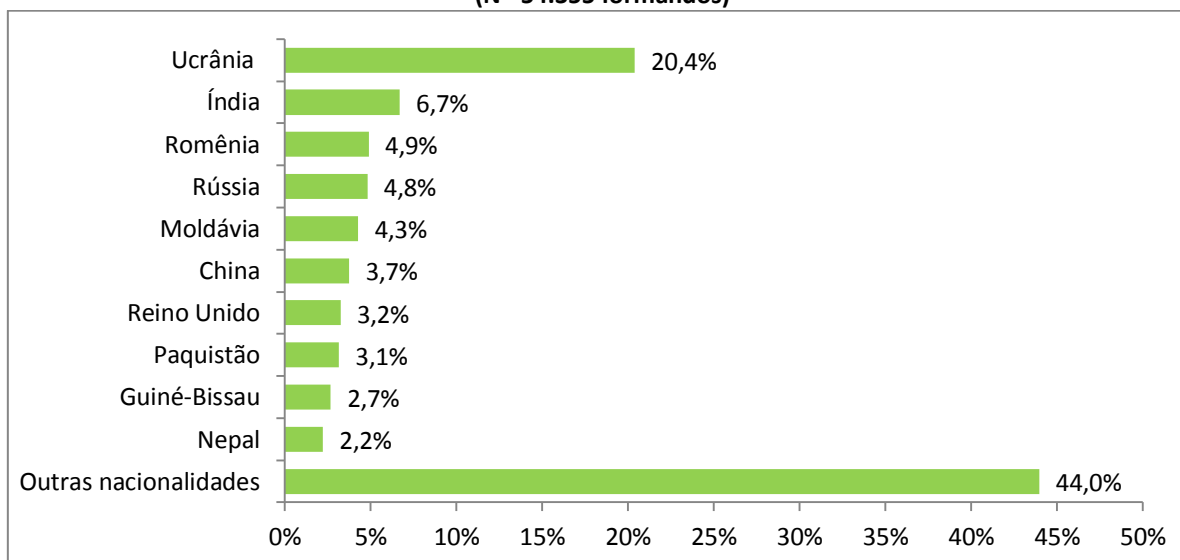


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

e no acesso à cidadania. A oferta do ensino do português para adultos estrangeiros surge em 2001 com a criação do primeiro programa nacional *Portugal Acolhe* (assumindo o ensino da língua juntamente com outras dimensões de formação), da responsabilidade do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Este programa viria a ser substituído em 2008 pelo programa *Português para Todos* – PPT ([Despacho n.º 18476/2008, de 10 de julho](#)), sob a responsabilidade do que é hoje o Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP), enquanto organismo intermédio do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (PO ISE) no âmbito do Portugal 2020. O **Programa Português para Todos (PPT)** enquadra-se no âmbito maior das políticas de integração de imigrantes em Portugal, disponibilizando gratuitamente aos cidadãos imigrantes cursos de língua portuguesa.

Desde que foi criado em 2008, o PPT foi aumentando o seu universo de beneficiários, atingindo o seu pico em 2012/2013 (quando assume três vezes mais formandos que o início do programa), entrando em descida nos últimos anos como resultado da mudança do quadro comunitário de apoio. Embora o PPT não disponha de informação desagregada para a nacionalidade nos anos de 2008, 2015 e 2016, importa realçar que para o período que há dados desagregados para esta variável (2009 a 2014), os **cursos do PPT chegaram a estrangeiros provenientes de cerca de 190 países**, sendo a maioria dos formandos oriunda do continente europeu e asiático. Entre os países de nacionalidade numericamente mais representados nos formandos do PPT, para o período de 2009 a 2014, destacam-se, por ordem decrescente, a Ucrânia (20,4% do total de formandos), a Índia (6,7%), a Romênia (4,9%), a Rússia (4,8%), a Moldávia (4,3%), a China (3,7%), o Reino Unido (3,2%), o Paquistão (3,1%), a Guiné-Bissau (2,7%) e o Nepal (2,2%).

Principais nacionalidades dos formandos do Programa Português para Todos (PPT), entre 2009 e 2014*
(N= 54.355 formandos)



Fonte: Programa Português para Todos – PPT (ACM, IP). Sistematização por Oliveira e Gomes: 2017, [Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual](#). //Nota: *Em 2008 e 2015 não se encontram disponíveis dados desagregados pela nacionalidade.

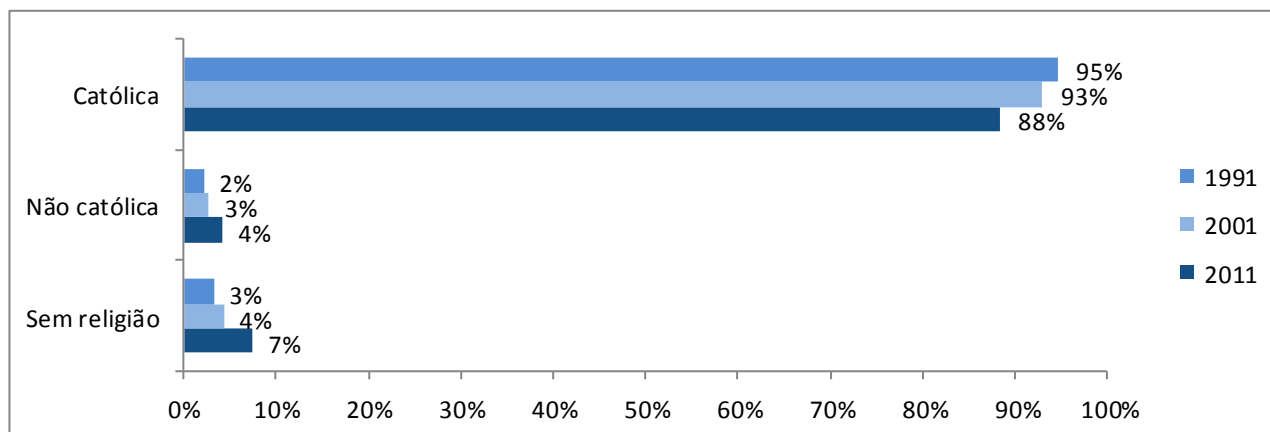


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que em Portugal, embora a maioria da população continue a autoidentificar-se como católica, tem aumentado a diversidade religiosa?

Os dados dos últimos três Recenseamentos Gerais da População mostram Portugal como um país maioritariamente católico. Nos Censos de 1991 e 2001 a percentagem de pessoas que se declaravam católicas era superior a 90%, registando-se, no entanto, nas últimas três décadas uma diminuição de 7 pontos percentuais, assumindo em 2011 os católicos apenas 88% da população residente que declarou uma religião. A acompanhar esta prevalência da religião católica, **tem vindo a aumentar entre décadas a importância relativa da diversidade religiosa em Portugal**, observando-se uma ligeira subida na percentagem de residentes não católicos (em 1991 representavam 2% e em 2011 passam para 4%).

População residente em Portugal segundo a religião*, entre 1991 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (cálculos e sistematização da Equipa OM). // Nota: * Excluiu-se deste apuramento o universo de não respostas que passaram de 17,6% em 2001 para 8,3% em 2011.

Nos Recenseamentos Gerais da População de Portugal a pergunta subjacente à religião da população residente foi integrada a partir de 1991, correspondendo à formulação simples “Indique qual é a sua religião”, a partir da qual o inquirido deve escolher uma de oito opções de resposta: católica, ortodoxa, protestante, outra cristã, judaica, muçulmana, outra não cristã, ou sem religião. Trata-se, pois, de uma questão de resposta única, o que não permite alguma ambivalência de situações que as pessoas eventualmente vivem. Por outro lado, é também uma questão “fechada”, não permitindo ao inquirido especificar qual a confissão minoritária a que eventualmente pertencerá. Sendo poucas as modalidades de resposta disponíveis e genéricas fica mais difícil promover uma análise mais fina da diversidade religiosa hoje presente em Portugal.

Entre 1991 e 2001, com exceção da religião judaica (-50%), observou-se um aumento absoluto no número de pessoas associadas às diferentes religiões: +54% de ortodoxos, +31% protestantes, +54% de outros cristãos, +31% muçulmanos, +46% de outros não cristãos. Já na década seguinte, compreendida entre o Recenseamento de 2001 e de 2011, observa-se um decréscimo do número de residentes que declaram ser



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

católicos (-1%, equivalendo a -71.661 pessoas), contrapondo com o aumento acentuado das restantes religiões declaradas pelos inquiridos: +224% de ortodoxos, +56% de protestantes, +33% de outros cristãos, +73% de judeus, +72% de muçulmanos, e +106% de outros não cristãos. Para este **crescimento da diversidade religiosa e da expressão de religiões não católicas** muito contribuiu o aumento e diversificação da imigração para Portugal em especial desde final do século passado.

População residente em Portugal segundo a religião* e variação registada entre 1991 e 2011

Religião	1991	2001	2011	Variação 1991-2001 (%)	Variação 2001-2011 (%)
Católica	6.527.599	7.353.548	7.281.887	+13	-1
Ortodoxa	11.322	17.443	56.550	+54	+224
Protestante	36.974	48.301	75.571	+31	+56
Outra cristã	79.554	122.745	163.338	+54	+33
Judaica	3.523	1.773	3.061	-50	+73
Muçulmana	9.159	12.014	20.640	+31	+72
Outra não cristã	9.476	13.882	28.596	+46	+106
Sem religião	225.582	342.987	615.332	+52	+79
Total de respondentes	6.903.189	7.912.693	8.244.975	+15	+4
Não respostas	1.477.758	786.822	744.874	-47	-5

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (cálculos e sistematização da Equipa OM).

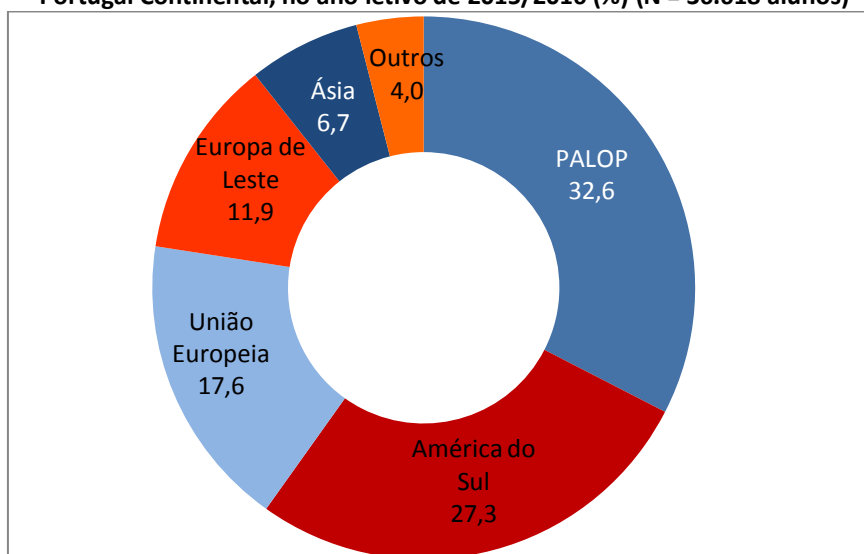


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que a diversidade de nacionalidades é igualmente visível no sistema de ensino básico e secundário português?

A diversidade de nacionalidades é igualmente observável no sistema de ensino português. No ano letivo de 2015/2016 encontravam-se matriculados no ensino básico e secundário 36.618 alunos de nacionalidade estrangeira, sendo que no seu conjunto os alunos de nacionalidade estrangeira correspondiam a 3,5% do total de alunos do sistema escolar português. Neste ano letivo, as **escolas públicas do ensino básico e secundário reuniam alunos de 180 nacionalidades diferentes**. À semelhança do verificado em anos anteriores, no ano letivo de 2015/2016 cerca de um terço dos alunos estrangeiros tinha nacionalidade de um país africano, com destaque para os alunos dos PALOP (32,6% do total de alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário). A este grupo seguiam-se os alunos da América do Sul (provenientes maioritariamente do Brasil) e da União Europeia, representando 27,3% e 17,6%, respetivamente.

Alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário, segundo os principais grupos de nacionalidade, em Portugal Continental, no ano letivo de 2015/2016 (%) (N = 36.618 alunos)



Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (sistematização e projeção em gráfico por Oliveira e Gomes: 2017, [Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual](#)).

Uma análise desagregada por principais países de nacionalidade dos alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico e Secundário revela que no ano letivo de 2015/2016 se destacavam na primeira posição os brasileiros com 26,5% dos alunos estrangeiros matriculados (o correspondente a 9.687 alunos. Na segunda e terceira posições encontravam-se os alunos cabo-verdianos (12,1% ou 4.433 alunos) e os alunos da Guiné- Bissau (7,6% ou 2768 alunos). A quarta e quinta posições foram ocupadas pelos alunos de Angola (7,5% ou 2.750 alunos) e da Ucrânia (7,5% ou 2.741 alunos) e a sexta posição pertence aos alunos romenos (6,8% ou 2.475). Destaque ainda para os alunos de São Tomé e Príncipe, da Moldávia, da China e do Reino Unido, a representarem 4,5%, 3,2%, 3,1% e 1,9%, respetivamente.

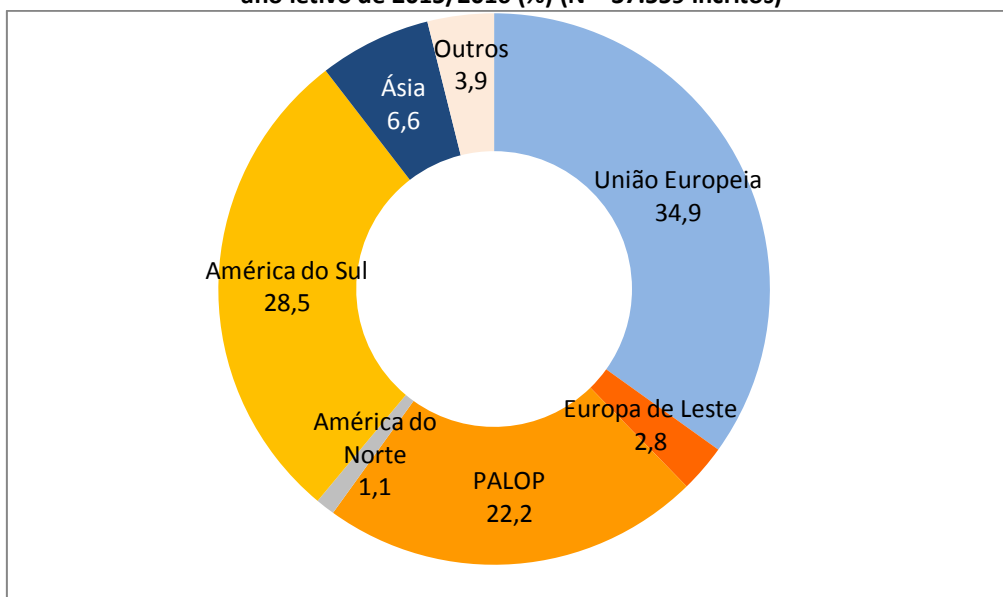


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que a última década ficou marcada pelo incremento da diversidade, e o aumento substantivo do número de estrangeiros, no ensino superior português?

A última década ficou marcada pelo aumento substantivo do número de estudantes estrangeiros no ensino superior português, resultando este incremento num crescente aumento da diversidade de nacionalidades no ensino superior em Portugal. No ano letivo de 2015/2016, os alunos estrangeiros correspondiam a 37.559 inscritos. Desde o início desta década (ano letivo 2010/2011) os alunos estrangeiros inscritos no ensino superior português apresentaram uma taxa de variação de +72,1%, correspondendo a três vezes mais do que o observado no início deste século. No ano letivo de 2015-2016 **o ensino superior português reunia alunos de 161 nacionalidades diferentes**, ainda que nesta diversidade algumas nacionalidades assumissem maior prevalência que outras. Neste ano letivo observa-se que cerca de metade (49,9%) dos alunos são nacionais dos países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), mantendo deste modo a tendência de anos anteriores, muito embora a importância relativa destes nacionais tenha vindo a diminuir ao longo dos últimos anos. Os alunos da União Europeia correspondem ao segundo grupo mais numeroso, representando 34,9% no ano letivo de 2015/2016.

Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, segundo os principais grupos de nacionalidade, no ano letivo de 2015/2016 (%) (N = 37.559 inscritos)



Fonte: Inquérito aos Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC (sistematização e cálculos de Oliveira e Gomes: 2017, [Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual](#)).

Considerando o ano letivo de 2015/2016, e analisando os países de nacionalidade mais significativos, conclui-se que os principais países de origem dos alunos estrangeiros do ensino superior são, por ordem decrescente, o Brasil (com 10.099 alunos, correspondendo a 26,9% do total de alunos estrangeiros do ensino superior e com uma taxa de variação face ao início da década de +44,5%), Angola (3.697 alunos, representando 9,8%, e com um crescimento face ao início da década de +6,5%), Espanha (3.206 alunos,



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

equivalendo a 8,5%, e com um crescimento face ao ano letivo de 2010/2011 de +19,2%), Cabo Verde (2.578 alunos, traduzindo 6,9%, mas refletindo uma diminuição face ao início da década de -19,8%) e Itália (2.208 alunos correspondendo a 5,9%, com uma variação de +80,1%). Face ao início da década, há a registar a evolução negativa dos alunos de nacionalidade cabo-verdiana que perdem a terceira posição no ranking para os alunos de nacionalidade espanhola.